

## Subsídios para a história do Mercado do Bolhão

David Ferreira

### Nota Prévia

Este trabalho resulta de uma investigação que teve lugar no âmbito do Projeto de Reabilitação do Mercado do Bolhão e decorreu durante o 1.º semestre de 2009. O objetivo fundamental foi esclarecer a cronologia construtiva do Mercado e as suas características técnico-construtivas, contribuindo para o cumprimento de um dos critérios basilares de intervenção no património: conhecer o monumento antes de tomar decisões.

O percurso inicial do Mercado do Bolhão encontra-se hoje bem descrito na bibliografia disponível. Destacamos o trabalho do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto de 1992<sup>1</sup>, onde é exposta a história do Mercado desde os lameiros que existiam entre as ruas de Santa de Catarina e Bonjardim na época dos Almadas, até ao projeto do arquiteto Correia da Silva, de 1914. Este trabalho inclui uma análise arquitetónica do edifício muito completa. Para evitar redundâncias nesse capítulo, remetemos o leitor para a obra citada.

A investigação que conduzimos incidiu sobretudo no período entre a construção do novo mercado e os nossos dias, uma vez que o atual edifício é, no essencial, um produto deste espaço temporal. Foi analisada muita documentação que não conhecemos publicada e são esses dados novos que vamos agora apresentar.

### O primeiro mercado

A construção do Mercado do Bolhão deve ser enquadrada à luz de dois grandes movimentos. Por um lado, o movimento de expansão e ordenamento urbanístico que a cidade conhece a partir da 2.ª metade do século XVIII sob a chefia da Junta de Obras Públicas do Porto, responsável pela definição dos grandes eixos orientadores da morfologia urbana portuense. Por outro, o processo de regulamentação e organização urbana dos espaços de venda públicos do Porto, que tem um grande impulso a partir do Liberalismo, e através do qual se vão tentar concentrar os mercados avulsos, então existentes um pouco por toda a cidade, à luz dos modernos conceitos de racionalismo económico e de higiene.

O planeamento urbanístico da “Época dos Almadas” assenta numa visão global e unitária da cidade, que cresce segundo um plano rádio-concêntrico, onde os grandes edifícios públicos e os monumentos são usados como referências no sistema urbano, de acordo com o modelo barroco.

1 NONNEL, 1992.

A Junta vai providenciar a ligação da zona ribeirinha à alta da cidade através da abertura de ruas retilíneas que vão conectar-se com a rede viária regional e é neste contexto que no último quartel do século XVIII é criado um novo eixo Norte/Sul: a Rua de Santa Catarina. Entre esta e a outra via de saída para Norte – a muito antiga Rua de Bonjardim – vão ser abertas duas ligações transversais: a Rua de Sto. António e a Rua Formosa<sup>2</sup>, e alargada a Viela do Bolhão (actual Fernandes Tomás). Esta malha viária vai constituir, até aos nossos dias, a estrutura fundamental da morfologia urbana daquela zona da cidade e é aqui que se vai instalar o Mercado do Bolhão.

No plano almadino, a abertura de duas novas ruas (as actuais ruas Formosa e Fernandes Tomás) assegurava as ligações entre a Rua de Santa Catarina e a Rua do Bonjardim. As duas novas ruas faziam parte de um plano mais amplo que visava estabelecer as necessárias ligações entre as ruas norte/sul (Ruas do Bonjardim e Santa Catarina) e as vias de saída da cidade, a nascente. Assim, a rua Formosa estabelecia a comunicação das ruas do Bonjardim e Santa Catarina com a Rua Direita de Santo Ildefonso; a Rua do Bolhão (actual Rua Fernandes Tomás) permitia estabelecer a comunicação daquelas mesmas ruas com o Largo da Feira dos Bois (também chamado do Poço das Patas e mais tarde Campo Grande, é hoje o Campo 24 de Agosto) e, daí, com a estrada de Valongo<sup>3</sup>.

Nesta altura, o sítio onde hoje se implanta o Mercado do Bolhão era ocupado por lameiros muito alagados, atravessados por um ribeiro que naquela zona formava um “bolhão de água”<sup>4</sup>. As condições do terreno – que vão constituir sempre um problema para a estabilidade das construções – não cercearam os impulsos expansionistas do município, que reconhece a localização estratégica do sítio, a meio caminho entre a cidade velha e o novo limite Norte, marcado *grosso modo* pelo Quartel e Praça de Santo Ovídio.

O primeiro projeto conhecido para uma Praça do Bolhão data de 1837 e é da autoria do arquiteto da cidade Joaquim da Costa Lima Júnior, que concebe uma praça retangular, dividida internamente em quatro quarteirões delimitados por árvores com uma escadaria a Norte de ligação à Rua Fernandes Tomás.

Os terrenos são comprados ao Cabido<sup>5</sup> e o mercado começa a funcionar logo em 1839<sup>6</sup>, mas as obras vão prolongar-se por muitos anos e a praça será objeto de sucessivos melhoramentos, que tiveram especial dinamismo a partir de 1850 com a construção da rampa no lado Norte que vence o desnível para a Rua Fernandes Tomás, o encanamento de águas para a fonte na entrada Norte, o alinhamento das ruas interiores e a construção de lojas em pedra nos lados Este e Oeste.

No último quartel do século XIX, Pinho Leal descreve o mercado desta forma:

Foi construído pelos anos de 1850. Tinha sido feira de carneiros e depois de carvão. É um mercado elegante, formando um quadrilongo, com casas de pedra, forradas de asulezo, todas do mesmo risco e grandeza, com a frente para o interior da praça e tendo para o exterior apenas uma janela (oculo) circular; mas só tem casas nos lados E. e O. são todas cobertas de laminas de zinco, que sobressahindo para o interior da praça, formam um coberto com dois metros de largo.

Para o lado da rua do Fernandes Thomaz (N.) que fica em nível superior uns 5 metros, tem uma abundante fonte, e um vasto tanque, mas já fóra das grades de ferro que fecham a praça por este lado. Pelo lado do S., também é fechado por grades de ferro. Tem duas avenidas, uma ao sul, que

2 Em Assento de 1784 foi aprovada a abertura da Rua Formosa entre o Bonjardim e a Rua da Alegria. O primeiro troço, entre Bonjardim e Santa Catarina ficou concluído em 1790.

3 NONNEL, 1992: 66-68.

4 “O chamadouro ‘Bolhão’ deriva do copioso bolhão de água que nascia num fundo pantanoso, no ponto exacto onde se veio a construir o mercado agora lá patente” (MARÇAL, 1967: 178).

5 NONNEL, 1992: 69.

6 “Passados dois anos (18 de Setembro de 1839), já lá estavam devidamente instalados todos os mercados existentes na cidade, à excepção do da Ribeira e do Anjo, que continuaram nos mesmos sítios” (MARÇAL, 1967: 178).

é a principal, outra ao norte. São Portões de ferro, no centro das grades, e que se fecham ao toque de recolher.

Consta dos mesmos géneros que se vendem na praça do Anjo.

Em um arruamento do lado O., faceando com a rectaguarda da praça, é a feira permanente de louça ordinária e outros objectos.

No arruamento de E., são lojas de adeleiros (ferros velhos) constituindo também um mercado permanente, de generos de todas as castas, de diferentes matérias, de varias proveniencias, hybridos e heterogeneos<sup>7</sup>.

Nesta altura, é já clara a importância do mercado na vida económica da cidade, mas também no ordenamento do espaço urbano daquela zona, onde se assume como elemento de referência.

Entretanto, assiste-se à edificação das frentes urbanas em torno da praça do mercado, na Rua Formosa, Rua do Bolhão, Rua Fernandes Tomás e ao longo da designada Rua Ocidental do Mercado do Bolhão, que, tal como a Rua do Bolhão, terminava no muro de sustentação de terras de Fernandes Tomás.

### **A construção do novo Mercado do Bolhão – antecedentes**

As exigências resultantes do aumento demográfico, as crescentes preocupações higienistas e o aperfeiçoamento conceptual e técnico do planeamento urbanístico, remetem a gestão dos mercados para uma posição de primeiro plano no âmbito da discussão política. O melhoramento do Mercado do Bolhão é, a partir de 1890, um assunto permanentemente “em cima da mesa”.

Depois de 1907, a gestão municipal – protagonizada pelo novo Executivo republicano da *Lista da Cidade* – é enquadrada por uma visão mais abrangente e informada. Os problemas de circulação e de infra-estruturas são por isso articulados e vistos sob a perspectiva geral do desenvolvimento urbano a longo prazo.

Durante este período, salientam-se duas figuras: Xavier Esteves e Elísio de Melo. Serão eles os principais catalisadores do processo que leva à passagem de um mercado aberto para um mercado fechado e à atual configuração do edifício.

Xavier Esteves é uma figura de relevo nacional. Concluiu o curso de Engenharia na Academia Politécnica do Porto, em 1886, e foi professor no Instituto Industrial do Porto. Eleito deputado pelo Partido Republicano Português em 1900, foi depois vereador na Câmara do Porto entre 1907 e 1910 e presidente da Câmara entre 1911 e 1913. Foi ministro do Comércio em 1917 e das Finanças em 1918, no Governo de Sidónio Pais, e ainda assumiu a presidência da Associação Industrial Portuense entre 1914 e 1917 e entre 1919 e 1937.

Paralelamente, foi empresário – ligado à importação de máquinas industriais – e gestor da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal e da Companhia de Cimentos do Tejo, pioneira na introdução do cimento Portland, de que ele foi um entusiasta divulgador. Finalmente, deve-se a Xavier Esteves, entre outros, o projeto e direção de obra da Livraria Lello.

A “questão” do Mercado do Bolhão foi um dos primeiros assuntos de que se ocupou enquanto vereador. Logo na reunião de vereação de 17 de janeiro de 1907, defende a ampliação do mercado e propõe três soluções: “Poder-se-ia alargar a area do mercado por uma das tres maneiras: ou deslocando-o, ou expropriando os terrenos em volta, ou, aproveitando a topographia local, construindo-o em pavimentos sobrepostos”<sup>8</sup>.

7 LEAL, 1873-1890: VII, 488.

8 AHMP – Vereações, A-PUB/144, fol. 16 v.

Em 8 de abril de 1907, Xavier Esteves aprofunda o assunto e apresenta um estudo onde analisa a questão da concentração ou dispersão dos mercados, o modelo de financiamento para a construção e funcionamento do novo equipamento e as soluções arquitetónicas/urbanísticas<sup>9</sup>.

Sobre a concentração ou dispersão, Xavier Esteves chega a uma conclusão plena de actualidade:

Resulta, pois, averiguado que o publico acode de preferencia a um grande mercado onde a abundancia dos generos permite facilmente as compras e onde se verifica depressa o nivel de preços estabelecidos, e prescindido dos pequenos mercados, embora situados a menores distancias; como sua parte, os vendedores, de melhor grado se encaminham para os mercados concorridos do que para os excéntricos e quasi abandonados de compradores. Conjugam-se as duas acções para o desenvolvimento sempre crescente de um bom mercado central e para o definimento dos mercados pequenos<sup>10</sup>.

Calcula, em seguida, que o novo mercado do Bolhão deve ter 18400 metros quadrados, de forma a “satisfazer, pelo menos, durante 50 annos ás necessidades da população portuense concentrada nas freguezias centrais e orientaes da cidade”<sup>11</sup> e defende um grande alargamento do mercado para Este, de modo a abarcar o quarteirão compreendido pelas ruas do Bonjardim, Formosa e Fernandes Thomás.

Esse mercado teria quatro entradas de angulo, uma pelo lado de Sá da Bandeira, outra pelo lado do Bonjardim, sul, outra no cruzamento do Bonjardim com Fernandes Thomaz e a quarta no cruzamento d’esta rua com Sá da Bandeira. As duas entradas do norte, fazendo-se a uma cota de 7 a 8 metros acima da cota das do sul, dariam acesso, por escadas, para o pavimento geral inferior e acesso do nivel para uma galeria circumdante, que permitiria alargar um pouco a superficie util do mercado, pois que o perimetro dos estabelecimentos que olhassem para ella seria superior a 400 metros. Por certo, um edificio construido dentro d’estas linhas geraes, se tornaria um dos mais grandiosos do paiz e sem duvida o mais interessante do seu genero<sup>12</sup>.

Trata-se de um projeto muito ambicioso, como reconhece o próprio vereador, que em seguida apresenta outras três soluções para *projectos mais modestos* e um quinto e último projeto que

consiste em fazer o terminus de Sá da Bandeira na rua Formosa; em frente d’aquella rua e no eixo, ficaria a entrada do mercado, que occuparia 60 metros à direita e outros tantos à esquerda; ao poente deixar-se-hia uma rua como ha ao nascente, ligando-se as duas por escadas com Fernandes Thomaz. Haveria um pavimento geral ao nivel da rua Formosa, que em frente ao mercado passaria a ter 20 metros de largura, e outro, de galeria, ao nivel de Fernandes Thomaz, tambem alargada para 20 metros, na frente do mercado, que por ahi teria outra entrada. A superficie do pavimento inferior seria de 15:000 metros quadrados e as galerias teriam uma extensão de 350 metros<sup>13</sup>.

Foi esta proposta que orientou o ante-projeto de 1910, do engenheiro Carlos Barbosa.

Apesar de este projeto não ter tido sequência, a reflexão de Xavier Esteves fixou algumas ideias-chave para o modelo do novo mercado, que serão adotadas posteriormente: mercado de planta retangular com torreões nos ângulos; dois pisos; quatro entradas com acessos a cotas diferentes; galeria periférica ao

9 O estudo de Xavier Esteves é depois publicado pela Tipografia da Empresa Guedes, em 1907, sob o título *O Mercado do Bolhão*.

10 ESTEVES, 1907: 4.

11 ESTEVES, 1907: 7.

12 ESTEVES, 1907: 8.

13 ESTEVES, 1907: 17.

nível do segundo piso; lojas exteriores independentes do interior; utilização do cimento armado; cobertura integral do espaço.

Quanto á construção, é nosso parecer que deverá fazer-se em cimento armado, para as fachadas, divisorias e pavimentos altos, em ferro e crystal para a cobertura central; o cimento armado recomenda-se pela rapidez da execução, durabilidade, incombustibilidade, economia de conservação e facilidade de adaptação ao ornamento architectural<sup>14</sup>.

### O prolongamento da Rua Sá da Bandeira

Ao mesmo tempo que Xavier Esteves discutia a construção do novo mercado, decorria um outro debate sobre o prolongamento da Rua de Sá da Bandeira. Os dois assuntos estão naturalmente interligados e a decisão de não concretizar o ante-projeto de 1910 deve relacionar-se com a tomada de decisão sobre o novo traçado de Sá da Bandeira, que define o limite ocidental do mercado e implica o abandono das propostas mais ambiciosas de Xavier Esteves.

O panorama que se colocava aos decisores e projetistas era o seguinte:

- paralela ao muro ocidental do antigo mercado desenvolvia-se a Rua Ocidental do Mercado do Bolhão, com frente edificada no lado oposto ao mercado;
- o desenvolvimento em linha reta de Sá da Bandeira para Fernandes Tomás implicava a demolição desta frente edificada;
- entre a Rua Formosa e a Rua Fernandes Tomás existia uma diferença de cota com cerca de 6 metros, que era necessário vencer.

A demolição dos edifícios e o desenvolvimento em linha reta de Sá da Bandeira parecem ter sido consensuais, mas o modo de ligar o novo troço à Rua Fernandes Tomás conheceu duas soluções.

Numa delas, o troço inicial da Rua de Sá da Bandeira segue paralelo ao mercado com uma ligeira pendente até ao cunhal Noroeste. A rua desenha depois uma curva de 90° à direita, seguia em rampa ao longo da fachada Norte do mercado e fazia outra curva à esquerda também em rampa, para se encontrar então com Fernandes Tomás.

A outra solução previa simplesmente um traçado em linha reta paralelo ao mercado, até Fernandes Tomás. Como se compreende, esta segunda solução obrigava a uma pendente contínua mais acentuada do que o primeiro troço da solução anterior, mas evitava, por outro lado, as duas curvas em rampa de grande inclinação. Esta solução, formalmente mais simples, é a melhor do ponto de vista urbanístico, pelas facilidades de circulação que cria e pelas maiores possibilidades que permite ao nível do planeamento da envolvente.

A ligação directa é equacionada em 1904<sup>15</sup>, substituída pela solução das rampas em 1906 e novamente retomada em 1907. Pelo meio, Xavier Esteves ainda propõe a passagem de Sá da Bandeira em túnel sob Fernandes Tomás.

Em 1908, a Câmara parece ter já decidido ligar directamente Sá da Bandeira a Fernandes Tomás de acordo com traçado atual<sup>16</sup>. De modo a vencer a diferença de cota, é proposta a construção de uma arcaria no troço final, onde assentará o pavimento da nova rua. Trata-se de um criptopórtico composto por quatro abóbadas em arco abatido, apoiadas em maciços de alvenaria. Estas abóbadas permitem dispensar uma

14 ESTEVES, 1907: 9.

15 AHMP – *Processo de Prolongamento da Rua de Sá da Bandeira*, D-CMP/2 (450). Planta de 21.04.1904, com o título: *Prolongamento da rua de Sá da Bandeira, tendo como consequência o alargamento do Mercado do Bolhão e novo acesso d'este Mercado e da nova rua com a rua Fernandes Thomaz*.

16 AHMP – *Processo de Prolongamento...*, D-CMP/2 (452), fols. 8 e 9.

obra de aterro, que à época seria muito custosa de realizar pelos encargos que implicaria o transporte e compactação das terras.

Prevista inicialmente em alvenaria de granito, a solução construtiva dos arcos é alterada em 1911 para betão:

1ª. O projecto comprehende a construcção das abobadas de cimento armado no prolongamento da rua Sá da Bandeira segundo a variante approvada pela Ex.ma Camara em 7 de setembro de 1911, conforme as plantas que se juntam. [...] 4ª. As nervuras terão a resistencia indispensavel para supportarem o pavimento e a sobre carga respectiva<sup>17</sup>.

Em setembro de 1911, são convidados a apresentar propostas para esta obra Joaquim Mendes, do Porto, e Jean Ducasse, de Lisboa. Este último apresenta um orçamento de 4500\$00 e firma contrato com a Câmara em 15 de abril de 1912<sup>18</sup>.

A obra decorreu ao longo de 1912 e, a 3 de janeiro de 1913, depois de realizados os testes de resistência, o engenheiro Casimiro Barbosa remata assim o ofício que dirige ao engenheiro-chefe da 3.ª Repartição Municipal: “Em face dos resultados obtidos eu julgo em condições de estabilidade a obra executada e em termos de resistir à carga exigida pelo caderno d’encargos”. Os testes submeteram as abóbadas centrais a uma carga de 3700 kg por metro quadrado, “sendo condição essencial que a flecha produzida não excedesse a milésima parte do vão”. O construtor garantiu uma carga máxima de 4500 kg por metro quadrado<sup>19</sup>.

A construção da Rua de Sá da Bandeira em rampa implicou, naturalmente, a construção de um muro de suporte no lado oriental, uma vez que o mercado ficou a uma cota inferior, sensivelmente ao nível do atual piso térreo. Este muro passou a ser a fachada ocidental interior do antigo mercado a céu aberto.

No desenho de maio de 1908 desta fachada interior<sup>20</sup> estão representados três vãos em arco abatido, com molduras em cimento a imitar silhares salientes. A utilização do interior do criptopórtico estava assim prevista desde o início e continua a ser utilizado para depósitos e oficina, estendendo a área útil do mercado sob a rua Sá da Bandeira. Os vãos em arco foram entretanto — e em data que desconhecemos — parcialmente preenchidos por um muro em pedra, que deixaram aberturas rectangulares, mas ainda são visíveis as molduras “fingidas” dos arcos.

### **A construção do novo Mercado do Bolhão – a concretização**

Se foi Xavier Esteves a figura de proa na definição inicial do modelo, será Elísio de Melo, vereador da primeira Câmara Municipal do Porto eleita após a implantação da República, o político que nesta segunda fase impulsionará e concretizará as obras. Na reunião de vereação de 23 de abril de 1914 é ele que apresenta o projeto e o orçamento do novo Mercado do Bolhão — “e termina apresentando uma proposta que, com o projeto e orçamento ficam sobre a mesa”<sup>21</sup> — que será aprovado logo na reunião de 2 de maio<sup>22</sup>.

O novo projecto é da autoria do arquiteto António Correia da Silva, sucessor de Marques da Silva no cargo de 1.º oficial arquiteto, que contou ainda com a participação de Carlos Barbosa. Este projeto mantém praticamente a área do antigo mercado, determinando apenas uma pequena ampliação para a antiga Rua

17 AHMP – *Processo de Prolongamento...*, D-CMP/2 (454), fols. 14 a 18: *Variante ao projecto approvado em 10 de novembro de 1910. Substituição das abobadas em alvenaria por beton de cimento armado. Condições Para a Execução.*

18 AHMP – *Processo de Prolongamento...*, D-CMP/2 (454), fols. 25 a 27.

19 AHMP – *Processo de Prolongamento...*, D-CMP/2 (454), fols. 46 e 47.

20 AHMP – *Processo de Prolongamento...*, D-CMP/2 (452) 009.

21 AHMP – *Vereações*, A-PUB/169, fol. 96 v.

22 AHMP – *Vereações*, A-PUB/169, fol. 123.

Ocidental. A visão de Xavier Esteves de um *grandioso* mercado central não colheu e foi antes adotada uma das suas propostas mais *modestas*.

A Câmara começa, rapidamente, a tratar dos procedimentos para o início dos trabalhos:

Em 17 de julho de 1914, são tornadas públicas as condições de arrematação e as condições de execução para a empreitada de ferro, obra que será adjudicada em 11 de agosto à única concorrente, a Companhia Aliança, proprietária das Fábricas de Fundição de Massarelos e Ouro, por 104500\$00 – 500\$00 abaixo da base de licitação<sup>23</sup>.

O senhor Elysio de Mello diz que ao concurso para a obra de ferro do mercado do Bolhão, veio apenas a Companhia Aliança, desta cidade, que apresentou uma proposta vantajosa para a Camara. Propõe, por isso, que à concorrente se adjudique a empreitada, pois do mesmo passo se atenua a crise enorme porque está passando esta indústria<sup>24</sup>.

A 2 de fevereiro de 1915, é adjudicado à Firma Comercial Sampaio e Matos o fornecimento de azulejos brancos de 14x14<sup>25</sup>, adjudicação que também inclui a obra do novo Matadouro Municipal. Para o Bolhão são fornecidos 270000 azulejos, com “uma cercadura na parte superior, onde convier, com desenho apropriado, sem relevos e ao gosto da fiscalização das obras”<sup>26</sup>.

Em 23 de março de 1915, é adjudicado o fornecimento “aproximadamente de seis mil e quinhentos metros lineares”<sup>27</sup> de madeira de Riga à firma José Francisco de Souza & Filho Sucessor, então estabelecida na Rua Barão de São Cosme, n.º 182.

A 14 de maio de 1915, são adjudicadas as esculturas alegóricas que decoram a fachada da Rua Formosa a Bento Cândido da Silva e, a 8 de outubro do mesmo ano, são adjudicadas as obras de trolha a “Manuel Fernandes Moreno, mestre d’obras, morador na rua da Paz numero setenta e três dêsta cidade e Avelino Ramos Meira, mestre d’obras, morador na rua do Rosario numero duzentos e trinta e seis”<sup>28</sup>.

Estas obras de trolha incluíam o estuque dos tetos, a aplicação dos azulejos nas paredes, execução de paredes em tijolo, as platibandas dos torreões, os rebocos interiores e os revestimentos exteriores em cimento, a execução das ornamentações em cimento das mísulas das fachadas e as molduras em cimento nas paredes interiores, a aplicação de mosaicos nos pavimentos, o revestimento das lajes de cimento armado e o cersitamento de platibandas, cornijas e paredes. A execução destes trabalhos implica que os muros já estariam levantados, pelo menos parcialmente, e que as obras corriam a bom ritmo.

As obras, com invulgar cerimonia, inauguraram-se logo em 19 de Julho do mesmo ano de 1914 e tão rápidas elas foram que em 16 de Outubro do ano imediato – 1915 – já eram postas a concurso as primeiras lojas do novo mercado e adjudicadas em 21 do mesmo mês pelas rendas anuais de 300\$00 a 1000\$00<sup>29</sup>.

De facto, as contas da Câmara, publicadas no *Anuário* de 1923-24, mostram que entre 1914 e 1917 se pagou mais de metade do valor total da obra (255486\$67 de 441967\$21) o que pressupõe que o grosso dos trabalhos terá sido realizado neste período, como aliás é normal.

23 AHMP – *Processo Mercado do Bolhão*, A-PUB/6480, fols. 96v. a 104v.

24 AHMP – *Vereações*, A-PUB/170, fol. 15v (reunião de vereação de 08.08.1914).

25 AHMP – *Processo ...*, A-PUB/6480, fol. 142.

26 AHMP – *Concursos*, A-PUB/3815, mç. 38.

27 AHMP – *Concursos*, A-PUB/3815, fols. 158 a 159v.

28 AHMP – *Concursos*, A-PUB/3815, fol. 189.

29 MARÇAL, 1967: 180.

### Quadro – Orçamentos do Novo Mercado do Bolhão, segundo o *Anuário da Câmara Municipal do Porto, 1923/1924*

Ano	Página	Orçado	Pago
1914	95	100 000\$00	16 240\$74
1915	96	213 759\$26	75 132\$13
1916	97	168 627\$13	87 361\$12
1917	98	81 266\$01	76 752\$68
1918	99	33 120\$18	12 853\$59
1919	100	20 000\$00	18 076\$34
1920	101	21 709\$16	16 827\$92
1921	102	50 000\$00	34 704\$53
1922	103	70 000\$00	60 147\$26
1923	104	50 000\$00	43 870\$90

Fonte: *Anuário da Câmara Municipal do Porto, 1924*.

Da análise da documentação relativa ao período da construção, sobressaem dois dados:

- a grande desproporção entre o valor orçado e o valor efetivamente pago durante os três primeiros anos de obra;
- a ausência de documentos que permitam identificar quem executou os trabalhos de escavação e construção dos muros e pavimentos, isto é, a estrutura do edifício.

A desproporção entre o orçado e o pago pode relacionar-se com a não execução dos trabalhos nos prazos previstos ou com a simples ausência de fundos para efectuar os pagamentos. De facto, logo em 1914, na reunião de vereação de 12 de novembro, Elísio de Melo admite problemas de liquidez: “O senhor E. Mello diz que efectivamente algumas obras municipais paralizaram, porque as respectivas verbas se tinham esgotado”<sup>30</sup>.

A situação económica do país não era famosa e a Câmara do Porto estava então envolvida num ambicioso programa de regeneração urbana, que compreendia obras de vulto, naturalmente dispendiosas, como a construção do novo Matadouro Municipal, a abertura da Avenida dos Aliados, a construção dos Paços do Concelho e a abertura da Avenida da Boavista. Estas frentes de obra representavam um grande esforço para as finanças do município e poderão ter tido consequências diretas na obra do Bolhão, como veremos.

Quanto à segunda questão, não encontrámos ainda documentação capaz de esclarecer quem executou os trabalhos de escavação e a obra de alvenaria e cimento armado. A ausência de documentos relativos a esta componente da obra nas pastas dos Concursos – quando lá se encontram todas as outras adjudicações – levam-nos a colocar a hipótese dos trabalhos terem sido realizados diretamente pela Câmara. Trata-se, sublinhamos, de uma hipótese, que pode ser esclarecida através da análise da documentação relativa às contas gerais do município, que não tivemos oportunidade de realizar.

## A cobertura do Mercado do Bolhão

O projeto para o mercado prevê, desde 1907, a construção de uma cobertura em ferro e vidro sobre o espaço central. Esta cobertura está representada com pormenores no projeto de 1914 do arquiteto António Correia da Silva.

De acordo com as *Condições de Execução* da empreitada<sup>31</sup>, a cobertura deveria ser constituída por

asnas reticulares (“ou em treillis”) no Hall Central incluindo unhas cilíndricas correspondentes aos lunetões. Sobre estas asnas apoiarão as terças de ferro laminado simples ou compostas conforme as cargas a que estiverem sujeitas e conforme também os vãos livres que, de combinação com a fiscalização das obras, os constructores acharem conveniente atribuir-lhe. A chapa ondulada será segura sobre estas terças por meio de ganchos ou colchetes na fôrma do costume. No lanternim a chapa de vidraça assentará em varetas metálicas.

As asnas do Hall ficarão contraventada entre si por meio de uma viga armada em “treillis” que correrá debaixo do perímetro do lanternim, sem prejuízo de outro contraventamento longitudinal no centro do Hall e que a fiscalização das obras julgue necessário<sup>32</sup>.

Estava projetado um lanternim ao centro e dezasseis «lunetões» implantados num registo superior, acima dos muros, entre o segundo piso do mercado e as águas da cobertura: sete sob cada água maior (a Este e Oeste) e um sob cada água menor ou tacaniça (Norte e Sul).

A cobertura nunca foi executada.

Torna-se difícil, hoje, determinar as razões que levaram, na concretização da obra, ao abandono desta solução; elas terão resultado tanto de condicionantes económicas e dificuldades técnicas de execução, como de uma opção tipológica, abandonando um conceito de mercado que já tinha provado, em edifícios anteriores, não proporcionar uma resposta adequada; talvez tenha sido mesmo a conjugação de todos estes factores que levou a adoptar a actual solução<sup>33</sup>.

Anni Günther Nonnel refere-se sobretudo ao Mercado Ferreira Borges como exemplo de resposta inadequada, uma vez que ele foi considerado na época pouco operativo.

Concordamos com esta interpretação, mas julgamos que o fator económico terá tido influência decisiva na opção final da Câmara, confrontada então com obras de grande dimensão. O peso da cobertura no orçamento da empreitada de ferro – que não está discriminado por itens – era certamente elevado e o facto de esta cobertura não ser fundamental para o funcionamento do mercado terão constituído argumentos fortes para o abandono desta componente da obra<sup>34</sup>.

Alterações ao projeto, como a diminuição da altura do edifício, o despojamento das fachadas interiores e nítidos problemas de articulação entre as cotas dos pavimentos interiores e exteriores<sup>35</sup> (sobretudo ao nível da galeria), reforçam a ideia de que houve um esforço de redução de custos, com perda de qualidade em relação às soluções originalmente projetadas.

Independentemente das causas, é certo que a ausência de cobertura levantou problemas de salubridade decorrentes das águas pluviais e diminuiu a área útil para utilização permanente, o que implica logo a

31 AHMP – *Concursos*, A-PUB/3808, fols. 548 a 563.

32 AHMP – *Concursos*, A-PUB/3808, fols. 554 e 555.

33 NONNEL, 1992: 124.

34 O assunto não terá, no entanto, sido totalmente esquecido, já que encontramos no Arquivo Histórico desenhos relativos a uma cobertura com estrutura em betão (AHMP – Guia 19/2003, n.º 541, fols. 1 e 11), infelizmente sem data ou autoria, mas que nos leva a supor que a construção de uma cobertura integral foi objeto de ponderação em fases posteriores da vida do mercado.

35 NONNEL, 1992: 133

diminuição das rendas cobradas. A constatação destas dificuldades terá levado à decisão de construir, logo em 1924, um ano após a conclusão das obras do Mercado, uma cobertura para a galeria interior, com intuito de compensar a ausência de uma cobertura integral e permitir a ocupação das galerias com pontos de venda, como ainda hoje sucede.

Esta cobertura metálica, apoiada em colunas de ferro e mísulas e revestida com fibrocimento, ocupou apenas metade do perímetro da galeria e, segundo o *Anuário* de 1923/1924, custou cerca de 207037\$46: “Executou-se metade da cobertura em ‘marquise’ com esqueleto metálico e aplicação de fibrocimento, com o dispêndio de 207037\$46”<sup>36</sup>. Não encontramos documentos que elucidem a data de construção da segunda metade desta cobertura.

### Obras e melhoramentos

Se atendermos à grande dimensão e à intensa utilização do mercado, não nos podemos surpreender com a sucessão de pequenas obras e melhoramentos que ali foram sendo executados.

Já vimos que logo em 1924 se construiu a cobertura de metade da galeria superior, obra que se pode ainda integrar na construção inicial do mercado, como solução de recurso.

Passou-se o mesmo com as barracas de fruta, que estão assinaladas em planta no projeto original de 1914, mas cujo projeto de execução só terá sido desenvolvido no período final das obras. Assim, no *Anuário* de 1923/1924, sob o título *Estudos, projectos e outros trabalhos feitos durante o ano de 1924, pela 1.ª Divisão da 2.ª Secção*, encontramos uma rubrica para *Projecto para as barracas de fruta do Mercado do Bolhão*.

No Arquivo Histórico Municipal do Porto existem dois desenhos relativos às “barracas”<sup>37</sup>. O desenho n.º 933 representa os toldos das barracas e ostenta a data de 8 de novembro de 1927, o desenho n.º 934 representa os alçados das barracas e está assinado: “Pela Comissão Técnica, José Teixeira Lopes”. Não está datado, mas todas as características formais e estilísticas dos desenhos apontam no sentido de terem sido feitos na mesma altura e pela mesma pessoa. Julgamos que estes desenhos se referem especificamente ao projeto dos toldos – que surgem com desenho às riscas, vermelho e branco – e não à construção das barracas, que aparecem já erguidas numa fotografia datada de 1923.

Entre 1935 e 1938<sup>38</sup> são realizadas muitas pequenas obras de beneficiação e reparação (pinturas, desentupimentos, substituição de telhas e ladrilhos, etc.), frequentemente a pedido dos inquilinos. Vamos apenas mencionar as intervenções mais relevantes.

Em 1936, instalaram-se oito taças para apoio de vasilhas debaixo das torneiras da fonte central<sup>39</sup>.

Em 1937, construiu-se uma conduta de lixo entre a galeria superior e o piso térreo. Esta conduta, implantada na fachada interior ocidental da galeria, perto da fachada Norte, ainda subsiste<sup>40</sup>.

Em 1938, é elaborado o projeto da bilheteira do Mercado, com orçamento de 3300\$00<sup>41</sup>.

Em 1939, mandaram-se fazer as bandeiras para os portões “A fim de preservar o Mercado do Bolhão de possíveis assaltos de ratoneiros que fáclmente ali podem entrar, escalando os actuais portões de madeira das ruas Formosa e Fernandes Tomás”. Estas bandeiras deveriam ser já em ferro “ao estilo em que devam ser feitos os portões de ferro definitivos”<sup>42</sup>. Registe-se que em 1939 os portões do Mercado eram ainda em madeira.

36 ANUÁRIO da Câmara Municipal do Porto. 1924: 49.

37 AHMP – Guia 19/2003, n.º 316, rolo 1, desenhos números 933 e 934.

38 A documentação administrativa mais antiga disponível sobre o Mercado do Bolhão data de 1935.

39 AHMP – Guia 5/2003, n.º 25, fol. 303.

40 AHMP – Guia 5/2003, n.º 25, fols. 273 e ss.

41 AHMP – Guia 5/2003, n.º 25, fols. 255 e ss.

42 AHMP – Guia 5/2003, n.º 25, fols. 240 e 241. Ofício 588/39 de 09.11.1939 da Direcção de Serviços de Sanidade e Abastecimento da C.M.P.

A 12 de novembro de 1939, a Câmara convidou dezanove empreiteiros a apresentar orçamento para a construção de um depósito de água em betão armado<sup>43</sup>. A obra foi adjudicada a Joaquim Fernandes por 2930\$00 e, logo a 22 de dezembro do mesmo ano, foi feito um auto de medição com os trabalhos em fase de conclusão. O depósito ainda existe no piso térreo, perto da esquina interior nordeste.

Em 2 de fevereiro de 1945, foi adjudicada a Serafim da Silva Oliveira, por 1280\$00, a abertura de quatro frestas de ventilação na arrecadação comum do Mercado, no muro que dá para o passeio da Rua Fernandes Tomás. Estas frestas foram, entretanto, tapadas pela subida de cota do passeio exterior.

Em 1947, como veremos adiante, foi substituído todo o pavimento do piso térreo e no mesmo ano foi a vez da instalação elétrica, obra adjudicada por 14900\$00 a Miguel Fernandes Marques, da Rua Nova do Arco, n.º 170<sup>44</sup>, com mais 29913\$20 de material comprado pelo município.

Durante as décadas de 50 e 60, para além de pequenas reparações, a documentação existente não revela obras de vulto.

Em 1972, o arquiteto Fabião, da Direcção de Serviços de Urbanização e Obras, apresentava um estudo para

uma galeria intermédia prevista ao nível dos patamares transversais entre as Ruas de Sá da Bandeira e Alexandre Braga. Essa galeria que se desenvolve nos dois sentidos longitudinais, funcionará não só de locais de venda, como de cobertura de lojas existentes no rés-de-chão<sup>45</sup>.

A obra, parece-nos que felizmente, não chegou a ser executada.

Em 1974, a Câmara lançou concurso para a reparação das coberturas das barracas do piso térreo. Esta obra incluiu a substituição da estrutura em madeira, todos os elementos de chapa zincada (caleiras, cumes, rufos, etc.) e os soletos de ardósia. Registe-se que o programa de concurso terminava com um capítulo designado *Alternativa*, onde se exigia aos concorrentes a apresentação de um preço para uma solução de cobertura em fibrocimento, certamente para prevenir de antemão uma situação de valores proibitivos para a solução em lousa<sup>46</sup>.

## O projeto da passagem superior

A obra mais importante e a última com grande impacto na imagem do mercado é, contudo, a construção da passagem entre as galerias superiores. Em 15 de junho de 1938, o diretor dos Serviços de Sanidade e Abastecimentos, oficia ao diretor dos Serviços de Engenharia: “Convindo construir uma ‘passerelle’ transversal na galeria do Mercado do Bolhão e substituir as armações de ferro dos janelões do mesmo mercado, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne mandar elaborar os projectos e respectivos orçamentos de obras”<sup>47</sup>.

Quatro meses depois, em 8 de outubro de 1938, o diretor dos Serviços de Obras e Urbanização envia ao diretor dos Serviços de Sanidade e Abastecimentos o projeto da passagem e galeria de venda. Refere que, embora o custo da obra não atinja os 50 contos e isso permitir que seja feita por administração directa, julga mais vantajoso para o município realizar um concurso limitado. Dois dias depois, o presidente da Câmara aprova o projeto e autoriza a execução das obras por empreitada, mediante concurso limitado.

A *Memória Descritiva e Justificativa*<sup>48</sup> do projeto esclarece os motivos e as características fundamentais da obra:

43 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fol. 14.

44 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 77, fols. 120 e 124.

45 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 254, fols. 9 e 10.

46 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 254, fols. 36 a 39.

47 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fols. 240 e 241. Ofício 257/38 da Direcção de Serviços de Sanidade e Abastecimento da C.M.P.

48 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fols. 145 e 146. *Passagem e Galeria de Venda a construir no Mercado do Bolhão. Memória Descritiva e Justificativa.*

Pode dizer-se que desde a inauguração do Mercado se tornou evidente a necessidade de descongestionar o trânsito nas galerias superiores, muito embaraçado já com o resultado da venda feita ao longo delas, e para que foram construídas, já pela passagem que se tornava incômoda tanto para quem estacionava como para quem, a meio duma galeria se tinha de dirigir á oposta. Impunha-se, pois, a construção duma ligação entre as galerias longitudinais, e estava naturalmente indicado fazê-la a meio, na altura das portas laterais das Ruas de Alexandre Braga e Sá da Bandeira.

De entre os tipos construtivos que se poderiam ter adoptado, salientaram-se as vantagens do de betão armado, graças à limitada despesa de conservação futura e à possibilidade de realização duma estrutura inteiriça, em pórtico, cujo funcionamento permite um grande aligeiramento da obra. Desta forma se conseguiu vencer o vão de 26 metros, sem que a nova construção vá sobrecarregar a antiga, com a qual ficará unicamente topada, salvo a conveniente folga para dilatação térmica.

A largura total da passagem, de 7,50 m., um tanto imposta por considerações económicas, permite ainda estabelecer duas carreiras de venda, e dispor-se-á o conjunto de forma a estabelecer sentidos únicos de movimento.

A laje constitutiva do pavimento será uma laje contínua, apoiada em 13 carlingas distanciadas de 2 m. umas das outras, e o conjunto descarregará sôbre dois pórticos simples, paralelos, da altura total de 7 m., com o vão longitudinal de 12 m. entre eixos dos montantes, prolongados além destes, 7 metros para cada lado, como convém ao funcionamento estático da estrutura e ao seu aspecto arquitectónico. Transversalmente, e pela mesma razão, dá-se também um certo balanço, ficando a distância de eixo a eixo dos montantes em 4,10 m.

Obriga a má qualidade do terreno da fundação a construir articulações na base dos montantes; usar-se-ão os dispositivos “Mesnager” adequados a esta construção, e foi nesta hipótese que se basearam os cálculos de estabilidade.

As fundações, projectadas de acôrdo com a natureza do terreno, constam de quatro sapatas nervuradas de betão armado.

Além do necessário revestimento de cimento, dispor-se-ão no alçado longitudinal umas leves molduras de cimento, destinadas a quebrar a monotonia das faces inteiramente planas.

Ao pavimento dar-se-ão as pendentes necessárias para o bom escoamento das águas pluviais e de rega, e em cada montante será disposto um tubo canalizador para estas águas.

Importa o orçamento em Esc.49.377\$67 (quarenta e nove mil, trezentos e setenta e sete escudos e sessenta e sete centavos), sendo Esc.17.141\$40 (dezassete mil, cento e quarenta e um escudos e quarenta centavos) de jornais, e Esc.32.236\$27 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e seis escudos e vinte e sete centavos) de materiais e transportes.

Pôrto e Serviço de Edificações Municipais, 4 de Outubro de 1938

O Engenheiro Chefe de Serviço (Francisco [?] Correia de Araújo)

O Engenheiro Chefe dos Serviços de Obras Municipais [assinatura ilegível]

No dia 18 de outubro de 1938, são abertas as três propostas das firmas consultadas pelo município para a obra de betão armado e pichelaria:

Sociedade de Engenharia de Obras Públicas e Cimento Armado, Lda. – 48 000\$00

Sociedade Cooperativa dos Operários Pedreiros Portuenses – 43 000\$00

Joaquim Ferreira dos Santos – 40 080\$00.

No dia 22 de outubro, o presidente da Câmara adjudica a obra a Joaquim Ferreira dos Santos<sup>49</sup>, que apresenta como responsável técnico o engenheiro civil António Augusto Teixeira Rego, morador na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 62<sup>50</sup>.

Logo a 22 de novembro, uma informação técnica do Serviço de Edificações Municipais admite que as condições do terreno – de facto um antigo “bolhão de água” – não permitiam pôr em prática a solução de

49 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fols. 102 a 107.

50 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fol. 62.

simples sapatas isoladas em betão armado para os alicerces da passagem e seria preciso recorrer a estacaria de madeira. Será ainda necessário desviar um coletor de águas pluviais profundo, cuja existência era ignorada pelos projetistas.

Em novembro de 1938, o empreiteiro elabora um mapa de trabalhos a mais no valor de 12004\$19. A reformulação do projecto contempla 17 estacas para cada um dos quatro pilares, num total de 68 estacas, mais o desvio do coletor, incluindo a execução de uma laje de cimento no leito do aqueduto, o respetivo calçamento e remoção de entulho<sup>51</sup>.

Antes, no dia 14 de outubro, os serviços da Câmara tinham já apresentado um segundo orçamento relativo à cobertura e gradeamento da passagem, obras que não estavam incluídas na empreitada principal e que acrescem mais 27256\$80 aos gastos com o passadiço: serralheiro (23114\$80), picheleiro (1650\$00) e pintor (2484\$00).

O concurso para esta obra revelou-se problemático. Em 18 de outubro são convidados a apresentar propostas para a obra do gradeamento, Joel Malheiro Pereira & Irmão, da Travessa Fernandes Tomaz, Peixoto Alves, da Rua Cimo de Vila e Noé Pereira, da Praça das Flores<sup>52</sup>.

Abertas as propostas, verificou-se que Joel Malheiro e Noé Pereira não apresentavam nenhum dos documentos exigidos no programa de concurso e Peixoto Alves fazia uma proposta superior à base de licitação. O concurso é então anulado por despacho de 25 de outubro de 1938, do presidente da Câmara.

Perante o fracasso deste primeiro procedimento, em 1 de novembro os serviços da Câmara convidam a apresentar propostas: José Pereira da Silva, Lda., da Rua Marquês de Sá da Bandeira, 247, em Vila Nova de Gaia, que faz uma proposta de 25663\$00; Noé Pereira, que faz uma proposta de 21250\$00; e Joel Malheiro Pereira & Irmão, que não apresenta proposta.

O concurso é, no entanto, novamente anulado na sequência de uma informação técnica de 22 de novembro de 1938 do engenheiro-chefe do Serviço de Edificações Municipais<sup>53</sup>:

Parece que a respectiva verba orçamental cuja administração pertence à 4ª Direção, não comporta a total execução da cobertura e gradeamento da passagem e galeria de venda, em construção no Mercado do Bolhão. É, porém, condição indispensável da utilização da Passagem, que sejam imediatamente executados os gradeamentos de ferro, cujo custo foi, no respectivo projecto, computado em Esc. 6.398\$80.

A informação conclui que, por se tratar de uma quantia inferior a 1/6 da construção da passagem já adjudicada, haveria vantagem em encarregar o empreiteiro – Joaquim Ferreira dos Santos – de executar aqueles trabalhos, uma vez que a lei assim o permitia. De facto, a 30 de novembro a Câmara pede a comparência do empreiteiro para ajustar a grade “como extraordinário”<sup>54</sup>.

Depressa se verificou que a cobertura da passagem era igualmente importante para se poder tirar bom proveito do novo espaço e, em março de 1939, o presidente da Câmara adjudica a Noé Pereira, por 19320\$00, a empreitada da cobertura, projetada com 6 colunas em ferro fundido (três de cada lado) e revestimento de fibrocimento<sup>55</sup>.

Haveria todo o interesse por parte do município na rápida conclusão dos trabalhos e foi mesmo feito um pedido de autorização de horas extraordinárias ao Instituto Nacional do Trabalho<sup>56</sup>. Na verdade, tudo indica que

51 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fol. 85.

52 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fols. 99 a 101.

53 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fol. 52.

54 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fol. 50.

55 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25, fols. 191, 210 e 211.

56 AHMP – *Guia 5/2003* n.º 25, fol. 57.

eles correram a bom ritmo, porque a obra de betão foi rececionada a 2 de maio de 1939 e a obra de cobertura no dia 5 de junho.

### **Problemas de estabilidade**

Os problemas de estabilidade sentidos durante a construção da passagem em betão, e que obrigaram à utilização de estacaria nos alicerces, continuaram noutras partes do edifício e são objeto de numerosas chamadas de atenção pelos serviços da Câmara.

Logo em 17 de outubro de 1939, o diretor dos Serviços de Sanidade e Abastecimentos oficia aos Serviços de Obras e Urbanizações:

Acabo de ser informado de que no Mercado do Bolhão se sentiu uma explosão sob o pavimento, que fendeu largamente, abatendo-se em seguida.  
Como consequência, uma das colunas inferiores de suporte da galeria desceu prejudicando-a assim, como duas das colunas de suporte do telhado.  
Convenço-me de que o sucedido é resultado das obras de saneamento efectuadas recentemente e como me parece que podem verificar-se prejuízos graves, permito-me chamar a atenção de V.Ex<sup>a</sup> para os factos referidos, rogando se digne ordenar minuciosa vistoria e informar-me das providencias a adoptar.

A vistoria então realizada identifica “numerosas fendas em todo o edifício que atribuímos a abatimentos das fundações, os quais, na sua maior parte, devem ter-se produzido em largos anos e não prenunciam perigo iminente”. Os técnicos concentram as suas preocupações nas colunas que suportam a galeria e nos ornamentos das fachadas exteriores. Quanto às colunas, preconizam a sua substituição “por outras de betão armado ou aço laminado [...], mas entretanto aconselham o seu [...] escoramento conveniente, a realizar antes do Natal, visto ser então de prever ali grande aglomeração de pessoas”. Para além deste trabalho, consideram também urgente vistoriar todos os ornamentos em cimento moldado, “substituindo-se aqueles que não fôrem aproveitáveis e segurando-se os restantes”. Sugestão muito sensata se tivermos em conta “que alguns, pesando mais de 30 quilos, têm caído na via pública, com grave perigo para os transeuntes”<sup>57</sup>.

Sobre esta informação recai o seguinte despacho do presidente da Câmara: “Providencie-se com urgência no sentido da execução dos trabalhos indicados na presente informação. 19.XII.1939”.

Quatro anos depois, em 16 de março de 1943, os engenheiros Avelino Monteiro de Andrade, Guilherme Bonfim Barreiros e Luiz Carlos de Noronha e Távora elaboram um novo parecer, onde voltam a analisar o problema das colunas fraturadas. Concluem que não devem ser substituídas, porque esses trabalhos podem agravar a estabilidade das colunas adjacentes, provocando a necessidade de obras em cadeia,

resultando porém daí obra não só dispendiosa, mas, sobretudo, realizada de maneira pouco recomendável para a sua estabilidade, dada a necessária imperfeição das ligações dos diversos elementos da estrutura. Impõe-se, no entanto, desde já a renovação e ampliação do escoramento existente.

No mesmo parecer, os técnicos abordam com muita preocupação problemas de estabilidade nas lojas com entrada pela ruas Sá da Bandeira n.º 354 e Alexandre Braga n.º 31, onde detetaram flexões de vigamento e

57 AHMP – Guia 5/2003, n.º 25, fols. 232 a 234.

fendas em algumas lajes. Entendem “ser manifesto o risco de ruína” e porque suspeitam que os problemas podem ser comuns à totalidade dos corpos onde estão as lojas vistoriadas, concluem “que só ensaios de cargas a realizar em todos os pavimentos lhes permitirá tirar conclusões relativamente a todo o edifício”<sup>58</sup>.

Em 10 de dezembro de 1946, o engenheiro-chefe dos Serviços de Obras Municipais faz uma informação onde dá conta de “terem sido realizados diversos trabalhos de carácter experimental para a consolidação de um pequeno troço de galeria do Mercado do Bolhão”. Pede autorização para aplicar a solução a todos os suportes fraturados evitando assim a sua demolição e reconstrução. Não sabemos se estes trabalhos tiveram sequência.

Também o pavimento do piso térreo dá sinais de padecer dos problemas de estabilidade sentidos um pouco por todo o mercado. Uma informação de 27 de maio de 1943 é elucidativa do seu mau estado:

todo o pavimento do piso térreo do primeiro piso do Mercado do Bolhão, que está imensamente danificado e com a betonilha em falso desde que foram feitas as obras do saneamento.

Ainda ontem se deu um aluimento profundo, com cêrca de um metro de área, o que ocasionou graves ferimentos a uma senhora que passava na ocasião<sup>59</sup>.

A questão só será aparentemente resolvida em 1947, quando a Câmara lança o concurso para a substituição de todo o pavimento do piso térreo e ainda construção de “novos pavimentos em lajeados de granito no hall do edifício virado à Rua Formosa”<sup>60</sup>. O concurso foi adjudicado a Manuel José dos Santos por 195000\$00 e resultou, julgamos, no pavimento ainda existente.

## Conclusão

O aparecimento do Mercado do Bolhão insere-se no movimento de expansão e ordenamento urbanístico iniciado na época dos Almadás e encontra expressão arquitetónica por volta de 1838 através de um projeto do arquitecto da cidade, Joaquim da Costa Lima Júnior, que cria um mercado a céu aberto.

Na transição dos séculos XIX-XX, a ampliação e melhoramento do mercado é um tema sistematicamente discutido a nível municipal. A construção de um novo mercado implica uma alteração na estrutura urbanística da área e vai originar um intenso estudo e debate sobre o projeto específico do mercado e a sua articulação com o prolongamento da Rua de Sá da Bandeira.

Os vereadores Xavier Esteves e Elísio de Melo foram os grandes protagonistas e dinamizadores deste debate. A solução final será concretizada tecnicamente pelo engenheiro Carlos Barbosa e pelo arquiteto António Correia da Silva, autores do projeto final, datado de 1914.

As obras do mercado decorrem entre 1914 e 1923. Não encontramos dados sobre a entidade responsável pela construção da estrutura em alvenaria e betão do edifício, que deve ter ficado concluída logo em 1915. A ausência de documentos relativos a um concurso público para esta obra leva-nos a formular a hipótese de ter sido executada diretamente pela Câmara Municipal.

O projeto do mercado contempla uma cobertura em ferro e vidro, que nunca foi realizada. O facto de a Câmara Municipal estar ao mesmo tempo envolvida em muitas obras de grande dimensão permite supor que se tratou de uma decisão de base económica, motivada pela falta de recursos financeiros.

Em 1924, é construída uma cobertura alternativa em ferro e fibrocimento, mas apenas para metade da galeria superior e, em 1938, constrói-se a passagem entre as galerias, que visa facilitar a comunicação no

58 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 77, fols. 520 e 521.

59 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 77, fol. 498.

60 AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 77, fols. 86 a 105.

piso superior e ampliar a área útil de mercado. Devido à fraca estabilidade do solo, muito alagado, altera-se o projeto no sentido de serem aplicadas dezassete estacas em cada um dos quatro pilares.

A documentação refere problemas de estabilidade um pouco por todo o edifício, incluindo as colunas que suportam as galerias superiores, pelo menos desde 1939. Fendas, fraturas e rotações nos elementos do edifício podem ser considerados problemas endémicos, motivados pela natureza do solo – um antigo “bolhão de água”.

Não obstante, o Mercado do Bolhão cumpriu a sua função durante quase noventa anos e tornou-se uma referência fundamental na vida da cidade. É um dos mais importantes espaços comerciais do Porto e um edifício emblemático. Suporte de memória para várias gerações de frequentadores, lugar de encontro e congregação social, palco político, é um sítio onde se pode sentir o pulsar da cidade e que, de certo modo, a representa. Foi por isso objeto de patrimonialização informal por parte da população, que nutre por ele evidentes sentimentos de afeto e proteção.

Esperamos agora que as obras de reabilitação possam contribuir para inaugurar uma nova etapa na relação da cidade com o Mercado, garantindo a integridade do monumento enquanto suporte de memória e criando um espaço comercial capaz de responder às novas exigências dos seus utilizadores.

## Fontes

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Arrematações e Adjudicações*, A-PUB/6480.

AHMP – *Concursos*, A-PUB/3808; A-PUB/3815.

AHMP – *Vereações*, A-PUB/144; A-PUB/169; A-PUB/170.

AHMP – *Guia 5/2003*, n.º 25; *Guia 5/2003*, n.º 77; *Guia 5/2003*, n.º 254; *Guia 19/2003*, n.º 316; *Guia 19/2003*, n.º 541.

AHMP – *Processo de Prolongamento da Rua de Sá da Bandeira*, D-CMP/2 (450); D-CMP/2 (452); D-CMP/2 (454).

*ANUÁRIO da Câmara Municipal do Porto, 1923/1924*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1924.

ESTEVES, Xavier, 1907 – *O Mercado do Bolhão*. Porto: Typografia da Empreza Guedes.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho (1873-1890) – *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico...* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol. VII.

## Bibliografia

MARÇAL, Horácio, Jun. 1967 – “O Sítio do Bolhão”. *O Tripeiro*. Série VI, ano VII.

NONNEL, Anni Günther (coord.), 1992 – *O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos*. Porto: Câmara Municipal do Porto.